

REGULAMENTO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

O Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar – IBGH, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.972.378/0001-12, estabelecido na Av. Areião, 595 - St. Pedro Ludovico, Goiânia - GO, 74820-370, no exercício de suas atribuições e competências estabelece e determina o cumprimento do presente Regulamento de Compras e Contratações de Serviços.

Art. 1º - O presente Regulamento aplica-se às compras, locações, contratações de obras e serviços destinadas ao regular atendimento das necessidades institucionais e operacionais realizadas no gerenciamento dos CONTRATOS DE GESTÃO, avençados com o Estado de Goiás, definindo critérios e condições a serem observadas pelo IBGH - Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar.

Parágrafo primeiro - As compras serão processadas na Área Administrativa, ficando condicionadas à aprovação da Diretoria Financeira.

Parágrafo segundo - Todos os dispêndios feitos pelo Instituto reger-se-ão pelos princípios da moralidade, boa-fé, probidade, impessoalidade, economicidade, eficiência, isonomia, publicidade, legalidade, razoabilidade e do julgamento objetivo, além da busca permanente de qualidade e durabilidade, bem como pela adequação ao interesse público.

Art. 2º - Todo o processo de compras, locações, contratações de obras e serviços de que trata este Regulamento deve estar devidamente documentado, a fim de facilitar o acompanhamento, o controle e a fiscalização.

111PKTDFJ - Protocolo nº. 1661280 - 17/12/2018



CAPÍTULO II - DAS DEFINIÇÕES

Art. 3º - Para a finalidade deste Regulamento considera-se:

- I. **Compra:** toda aquisição remunerada de materiais de consumo e/ou bens permanentes para fornecimento de uma só vez ou de forma parcelada, com a finalidade de suprir a Instituição com os materiais necessários ao desenvolvimento de suas atividades.
- II. **Contratação:** vínculo jurídico formal com o fornecedor de bens de consumo, bens permanentes, obras e serviços, expressos por ordem de compra ou contrato.
- III. **Obra:** toda construção, demolição, reforma, recuperação ou ampliação de edificação ou de qualquer outra benfeitoria agregada ao solo ou subsolo e demais atividades que envolvam as atribuições privativas de Engenharia e Arquitetura.
- IV. **Serviço:** prestação de qualquer trabalho intelectual, técnico ou manual, quando não integrante de execução de obra.
- V. **Alienação:** toda cessão ou transferência de bens móveis, onerosa ou gratuita, permanente ou temporária.
- VI. **Carta Cotação:** documento formal emitido pelo IBGH dando conhecimento público de seu interesse em comprar, contratar ou alienar, contendo todas as informações necessárias, de acordo com os critérios estabelecidos no inciso I e II do artigo 8º.
- VII. **Edital:** documento formal emitido pelo IBGH dando conhecimento público de seu interesse em comprar, contratar ou alienar, contendo todas as informações necessárias, de acordo com os critérios estabelecidos no inciso III do artigo 8º.
- VIII. **Mapa de apuração:** documento elaborado pelo comprador, apresentando o julgamento das propostas através de planilhas contendo nome e valores das cotações encaminhadas pelos fornecedores.
- IX. **Ordem de Compra:** documento formal emitido pelo IBGH concretizando o ajuste comercial com o fornecedor, representando fielmente todas as condições da negociação.
- X. **Contrato:** documento formal que em razão da natureza ou complexidade do ajuste comercial, estabelece por meio de cláusulas, as condições de fornecimento de bens de consumo, bens permanentes, obras, serviços e outras



avenças, em conformidade com o Direito Civil Brasileiro e os princípios da teoria geral de contratos.

XI. Locação: contrato pelo qual uma das partes, mediante remuneração, se compromete a fornecer-lhe, durante certo lapso de tempo, o uso e gozo de bem móvel ou imóvel.

XII. Chamamento de Registro de Preço: documento vinculativo e obrigacional para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas. O Chamamento de Registro de Preços não obriga o IBGH a adquirir/contratar o quantitativo registrado no ajuste.

XIII. Aquisições/Contratações de Grande Vulto: Aquelas cujo valor total estimado da contratação/aquisição ultrapassa a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

XIV. Aquisições/Contratações de Pequeno Valor: Considera-se para todos os efeitos as aquisições de bens e contratações de serviços definidas de pequeno valor aquelas até o limite, atualmente, de R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais).

XV. Aquisições/Contratações Comuns: Representam todas aquelas cujos objetos contratados/adquiridos são usualmente comercializadas, ou seja, cuja qualidade, medida e especificações técnicas são conhecidas e praticadas no mercado.

XVI. Aquisições/Contratações Complexas: São todas aquelas que exigem um grau de dificuldade que não são conhecidas no mercado, e ou exigem uma personalização, com especificações técnicas inéditas para atendimento da necessidade do IBGH.

CAPÍTULO III - DOS PROCEDIMENTOS DE COMPRAS E CONTRATAÇÃO

Art. 4º - O procedimento de compras ou contratação terá início com a elaboração da solicitação de compras e deverá conter no mínimo as seguintes informações:

- I. descrição detalhada do bem, da obra ou do serviço;
- II. especificações técnicas;
- III. quantidade e forma de apresentação;
- IV. justificativa da compra ou contratação;
- V. Prazo de entrega do bem/execução dos serviços;

11PRTPPJ - Protocolo nr. 1661280 - 17/12/2018



Parágrafo único - É vedada a indicação de marca ou modelo de determinado fabricante; exceto quando se utilizar a marca como paradigma de qualidade da compra ou quando se tratar da identificação de um equipamento, cuja manutenção ou peças de reposição constituam o objeto da despesa pretendida.

Art. 5º. Todos os processos seletivos de compras e contratações deverão ser amplamente divulgados e publicados no sítio do IBGH sendo acessíveis ao público.

Parágrafo primeiro - O IBGH dará publicidade prévia da compra, contratação e alienação, por meio de publicação nos seguintes canais de comunicação, no prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis para aquisições/contratações comuns e no mínimo 10 (dez) dias úteis para aquisições/contratações complexas e/ou de grande vulto:

I. Sítio do IBGH na internet, para todas as aquisições, contratações e alienações, incluídas aquelas que forem realizadas por meio de plataforma eletrônica de compras.

II. Jornal de grande circulação estadual e/ou nacional e no Diário Oficial do Estado de Goiás, para compras e contratações cujo valor estimado esteja acima de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), considerado o valor total da aquisição, da contratação ou da alienação.

Parágrafo segundo - Fica resguardado o direito do IBGH em utilizar dos meios de publicação aqui descritos, mesmo quando não estiver obrigado.

Parágrafo terceiro - Havendo publicação em mais de um canal acima descrito, a contagem de prazo se dará a partir daquela que ocorrer por último.

Parágrafo quarto - Em todas as hipóteses elencadas nos incisos I e II do parágrafo primeiro, deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico na internet do IBGH as versões integrais dos Editais (ou documentos que os substituam) das aquisições e contratações a serem realizadas.

Art. 6º - Não será exigida a publicação prévia em qualquer meio de comunicação quando se tratar das seguintes situações:

- I. Por valor: Nas aquisições de bens, materiais, e contratações de serviços cujo valor não exceda R\$ 35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais) por ano, considerado o valor total da aquisição e/ou contratação, vedado o fracionamento de despesas;
- II. Emergência: Nas compras ou contratações realizadas em caráter urgência ou emergência, caracterizadas pela ocorrência de fatos inesperados e imprevisíveis, cujo não atendimento imediato seja mais gravoso importando em prejuízos ou comprometendo a segurança de pessoas ou equipamentos, reconhecidos pela administração, desde que limitadas a exata proporção para o atendimento da situação pontual.
- III. Especificidade: Na contratação de empresa especializada ou profissional de notória especialização, assim entendido aqueles cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com sua atividade, permita inferir que o seu trabalho é o mais adequado à plena satisfação do objeto a ser contratado, desde que comprovada a inviabilidade de competição.
- IV. Exclusividade: Quando o fornecedor for exclusivo para o objeto da compra ou contratação, desde que comprovada a exclusividade, através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio local, pelo Sindicato ou equivalente, ou ainda por declaração do fabricante, vedada a preferência de marca.
- V. Ausência de interessados: Quando não houver interessados à seleção anterior devidamente publicada nos termos do artigo 5º e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para o objeto do contrato de gestão, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- VI. Padronização: Atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas, devidamente justificadas.
- VII. Entidades paraestatais, sem fins lucrativos e organizações sociais. Nesses casos, a contratação somente poderá ocorrer se houver uma correspondência entre as atividades-fim de tais entidades com aquelas elencadas no contrato de gestão.

Parágrafo primeiro - Nas hipóteses dos incisos III, IV, VI e VII, deste artigo, a empresa contratada deverá comprovar a compatibilidade do preço praticado no mercado, por meio de, pelo menos, uma nota fiscal de outros clientes, com produtos/serviços idênticos ou similares, ou o Serviço de Compras poderá comprovar a compatibilidade de preços através de contratações realizadas pela administração pública, entidades públicas ou privadas do terceiro setor para validação do valor contratado.

Parágrafo segundo - As compras ou contratações realizadas com fundamento nos Incisos I, II, e V, deste artigo, serão realizadas por meio de pesquisa de mercado, mediante cotação de preços, sempre que possível junto a, no mínimo, 03 (três) interessados, podendo essa ser realizada por telefone, e-mail ou orçamentos, devidamente registrada no respectivo processo de compras/contratação.

Art. 7º - Os resultados de todas as compras, contratações de obras e serviços, e as alienações serão disponibilizados no sítio do IBGH, durante a vigência do contrato de gestão, e deverão conter no mínimo:

I. Nos casos de ordem de compra:

- a) Nome da empresa;
- b) CNPJ;
- c) Descrição do item;
- d) Quantidade do item
- e) Valor por item.
- f) Valor Total.

II. Nos casos de Contrato:

- a) Nome da empresa;
- b) CNPJ;
- c) Objeto do contrato;
- d) Vigência do contrato;
- e) Valor mensal;
- f) Valor Total.

Parágrafo Único - Além das informações elencadas no inciso II deste artigo, todos os contratos (e seus aditivos) firmados deverão ser publicados, na sua íntegra, no sítio eletrônico do IBGH.

Art. 8º. A modalidade do processo seletivo será definida com base nos seguintes critérios:

- I. Carta Cotação sem publicação prévia: para as aquisições com os valores estimados de até R\$ 35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais) por operação de compras e prestação de serviços, obrigando-se apenas a publicação do resultado no sítio do IBGH.
- II. Carta Cotação com publicação prévia:
 - a) Quando se tratar de contratação de serviços, aquisições de materiais, produtos e bens com os valores estimados entre R\$ 35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais) e R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) por operação;
 - b) Quando se tratar de obras e serviços de engenharia com os valores estimados entre R\$ 35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais) e R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) por operação.
- III. Edital:
 - a) Quando se tratar de contratação de serviços, compras de materiais, produtos e bens com os valores estimados acima de R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais), por operação;
 - b) Quando se tratar de contratações de obras e serviços de engenharia com os valores estimados acima de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais).

Parágrafo primeiro - As condições de participação, prazos, documentos a serem apresentados, requisitos e formas de apresentação da proposta, critérios de julgamento, regras recursais, dentre outras disposições constarão no edital do processo seletivo.

Parágrafo segundo - Todas as modalidades de processos seletivos acima definidas poderão resultar em Chamamento de Registro de Preços, desde que exista no instrumento convocatório previsão para este tipo de ajuste, bem como as regras do mesmo.

111PRTDFJ - Protocolo nr. 1661280 - 17/12/2018



Art. 9º - O IBGH selecionará a proposta mais vantajosa, que resulta da verificação e comparação do somatório de fatores utilizados para determinar o menor preço avaliado, que além de termos monetários, encerram um peso relativo para a avaliação das propostas, envolvendo, entre outros, os seguintes aspectos:

- I. Atendimento ao princípio da padronização;
- II. Custos de transporte seguro até o local da entrega;
- III. Forma de pagamento;
- IV. Prazo e condições de entrega até a unidade solicitante;
- V. Credibilidade mercadológica da empresa proponente;
- VI. Disponibilidade de serviços;
- VII. Quantidade e qualidade do produto;
- VIII. Assistência técnica e reposição de peças;
- IX. Garantia dos produtos/serviços;
- X. Faturamento mínimo;
- XI. Prazo de validade;
- XII. Durabilidade do produto/serviço;
- XIII. Economia na execução, conservação e operação;
- XIV. Adoção das normas técnicas de saúde e de segurança do trabalho;
- XV. Impacto ambiental;
- XVI. As condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do bem;
- XVII. Outros, excepcionalmente, identificados como relevantes para a decisão, desde que previamente publicados na carta cotação e devidamente fundamentado no processo de compra/contratação.

Art. 10º - Para que determinado concorrente seja qualificado como possível fornecedor/prestador, será necessária a apresentação de documentos legais abaixo relacionados, que deverão ser encaminhados para o IBGH:

- I. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
- II. Última alteração do Contrato ou Estatuto Social, desde que devidamente consolidada, ou Contrato e Estatuto de Constituição acompanhado da última alteração contratual (somente quando houver a necessidade de formalização de contrato);
- III. Documentos pessoais dos sócios ou dirigentes (RG e CPF);
- IV. Procuração e documentos pessoais (RG e CPF) para o representante da contratada, quando não forem os seus sócios que assinarão o contrato;
- V. Inscrição Estadual ou declaração de isento;

3

- VI. Inscrição Municipal ou declaração de isentos, no caso de obras e serviços;
- VII. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante Certidão Conjunta de débitos relativos a Tributos Federais e da Dívida Ativa da União, que abranja inclusive a regularidade relativa às contribuições previdenciárias e sociais;
- VIII. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, por meio de Certidão Negativa de Débitos em relação a tributos estaduais (ICMS) do Estado de Goiás;
- IX. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal, por meio de Certidão Negativa de Débitos relativos a tributos municipais do município sede da proponente, em caso de obras e serviços;
- X. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio de Certificado de Regularidade Fiscal (CRF);
- XI. Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho.

Parágrafo único - Pode-se dispensar a exigência de regularidade fiscal nas seguintes hipóteses, desde que devidamente justificadas:

- I. Aquisição e prestação de serviços até o limite de R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais), por operação;
- II. Nas hipóteses de inviabilidade de competição e/ou na inexistência de outros na localidade.

Art. 11º - A ordem de compra, o contrato ou chamamento de registro de preços celebrados com o fornecedor encerram o procedimento de compras, devendo reproduzir fielmente todas as condições estabelecidas no procedimento de compras/contratação.

Parágrafo único – O instrumento contratual será dispensado quando o fornecimento/prestação não gerar qualquer obrigação futura, podendo ser substituído por autorização de fornecimento.

Art. 12º - Em caso de inexecução total ou parcial das obrigações inerentes aos fornecedores/prestadores o IBGH poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

- I. Advertência;

- II. Multa, em caso de contrato;
- III. Suspensão temporária de participação em outros processos seletivos por no máximo 06 (seis) meses, desde que já tenha havido a aplicação da sanção prevista no inciso I por pelo menos duas vezes.

CAPÍTULO IV - DOS ASPECTOS FORMAIS DOS AJUSTES

Art. 13º - Os contratos firmados com os fornecedores, deverão conter, no mínimo, cláusulas que estabeleçam necessariamente:

- I. A qualificação das partes;
- II. O objeto e seus elementos característicos, contendo a especificação da obra, do serviço, ou do bem;
- III. Os valores unitários e totais e as condições de pagamento;
- IV. O prazo de vigência do contrato;
- V. Quantitativos;
- VI. Direitos, obrigações e responsabilidades das partes;
- VII. As penalidades cabíveis e, quando aplicável, os valores das multas;
- VIII. Os índices de reajuste e, quando aplicável, as garantias;
- IX. Os casos de rescisão;
- X. A obrigação de que as partes ajam de modo leal, responsável e probo, além de perseguir a boa fé, para repelir quaisquer ações intencionalmente desleais, injustas, desonestas, prejudiciais, fraudulentas ou ilegais, sempre ancorados nas ações de transparência pública;
- XI. Outras previamente estabelecidas no instrumento de seleção.

Parágrafo primeiro - Os contratos firmados pela Entidade terão vigência inicial de até 12 meses, salvo as situações devidamente justificadas.

Parágrafo segundo - Exceto os casos em que o fornecedor detiver o monopólio ou exclusividade da atividade, os contratos firmados poderão ser prorrogados até o limite total de 60 (sessenta) meses, devendo o IBGH, anualmente, nesses casos, comprovar que a prorrogação da avença atende ao princípio da economicidade.

Parágrafo terceiro - Quando na utilização de recursos oriundos de contratos de gestão, os contratos firmados pela entidade deverão conter cláusula que

disponha sobre a obrigatoriedade de rescisão contratual em caso de término do contrato de gestão.

Parágrafo quarto - A determinação do prazo não será aplicada para os contratos de adesão, independentemente do termo adotado, assim compreendidos aqueles em que as cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que se possa discutir ou modificar seu conteúdo.

Parágrafo quinto - As contratações realizadas por meio de contratos de adesão, à exceção daquelas em que houver monopólio ou exclusividade da atividade, deverão ser reavaliadas no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) meses, podendo, em casos excepcionais devidamente justificados, estender por um período não superior a 12 (doze meses), com o objetivo de comprovar a vantajosidade da manutenção do contrato.

Art. 14º - Os contratos poderão ser alterados por meio de aditivos qualitativos e quantitativos, desde que obedeça aos seguintes fundamentos elementares:

- I. Manutenção da natureza do objeto contratado;
- II. Manutenção das mesmas condições contratuais;
- III. Demonstração da necessidade devidamente justificada, acompanhada dos documentos comprobatórios.
- IV. Os contratos poderão ser aditados, nas hipóteses de acréscimo, que se fizerem necessários nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, e no caso particular de reforma predial ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento), e poderão ser suprimidos em qualquer quantidade.

Art. 15º - No Chamamento de Registro de Preços deverá constar: a indicação do seu objeto, com descrição detalhada do bem ou do serviço, contendo suas especificações técnicas, indicação da quantidade e forma de apresentação; preço ajustado; forma de pagamento; número do Contrato de Gestão; garantias (quando for o caso); prazos de execução; penalidades; obrigações das partes; além de outras condições previamente estabelecidas no instrumento convocatório.

- I. Serão registrados no Chamamento de Registro de Preços os preços e quantitativos do concorrente mais bem classificado durante a fase competitiva;

- II. O prazo de validade do Chamamento de Registro de Preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações.

Parágrafo único - O contrato decorrente de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da Chamamento de Registro de Preços.

Art. 16º. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao IBGH promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas neste Regulamento.

Art. 17º. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o IBGH convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

Parágrafo único - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do chamamento assumido, sem aplicação de penalidade.

Art. 18º. O chamamento poderá ser desfeito quando o Participante:

- I. Descumprir as condições do Chamamento de Registro de Preços;
- II. Não aceitar a ordem de compra ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo IBGH, sem justificativa aceitável;
- III. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.
- IV. Por razão de oportunidade e conveniência do IBGH.

Parágrafo único - Nos casos previstos acima fica assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

Art. 19º - Todas os ajustes estabelecidos entre o IBGH e seus fornecedores e prestadores de serviço deverão prever a obrigação de que as partes ajam de modo leal, responsável e probo, além de perseguir a boa-fé, para repelir quaisquer ações intencionalmente desleais, e injustas, desonestas, prejudiciais, fraudulentas ou ilegais, sempre ancorados nas ações de transparência pública.



Art. 20º - O IBGH poderá optar pela adesão aos valores registrados em Atas de Registros de Preços vigentes para formalizar negociação diretamente com o fornecedor e propor a contratação nos mesmos moldes do Poder Público contratante, substituindo com isso, a fase de cotação de preços na formalização dos seus processos de aquisições e contratações.

Parágrafo Único - O disposto no caput deste artigo somente se aplica quando a licitação tiver sido promovida por órgão ou entidade da União, dos Estados ou do Distrito Federal e Municípios, devendo constar no respectivo processo de compra/contratação a Ata de Registro de Preços que serviu de referência para negociação, bem como cópia de sua publicação na imprensa oficial.

CAPÍTULO V • DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21º - Deve constar nos contratos celebrados pelo IBGH, bem como nas Ordens de Compras e nos outros documentos que os substituam, a obrigação de que o fornecedor deixe registrado de forma impressa no corpo das notas fiscais emitidas (e/ou documentos equivalentes) o número do Contrato de Gestão (e aditivos) a que a despesa se refere.

Art. 22º - É vedado ao Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar - IBGH manter qualquer tipo de relacionamento comercial ou profissional (contratar serviços, fazer aquisições, contratar funcionários e outros) com pessoas físicas e jurídicas que se relacionem com dirigentes que detenham poder decisório.

Art. 23º - Os bens móveis e imóveis, adquiridos pela Organização Social, com a utilização de recursos públicos, serão destinados exclusivamente à execução do respectivo Contrato de Gestão.

Art. 24º.- Os bens móveis públicos permitidos poderão ser alienados ou substituídos por outros de igual ou maior valor, desde que tenha sido providenciada respectiva avaliação, ficando condicionada à integração de novos bens ao Patrimônio Público.

Parágrafo Único - É necessária a anuência do Poder Público para alienação de bens móveis e obrigatoriedade de investimento dos recursos advindos de tais alienações no desenvolvimento do respectivo contrato de gestão (Pauta Reunião)

Art. 25º - Os procedimentos instituídos pelo presente Regulamento não se aplicam às despesas realizadas com recursos próprios do IBGH, bem como àqueles que por sua origem e natureza exigirem procedimentos próprios, a exemplo dos convênios, parcerias, termos de colaboração, termos de fomento, concursos ou outra forma de avença, firmados com o poder público, iniciativa privada, organismos nacionais ou internacionais.

Art. 26º - O IBGH poderá aplicar as disposições deste Regulamento ao que couber aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres.

Art. 27º - O IBGH por sua natureza jurídica se submete exclusivamente a este Regulamento de Compras não se aplicando, nem subsidiariamente, o regime licitatório definido na Lei 8.666/93.

Art. 28º.- Os casos omissos ou duvidosos na interpretação do presente Regulamento de Compras deverão ser resolvidos pela Presidência ou por outro colaborador delegado diretamente para o fim, com base nos princípios elencados no parágrafo segundo do artigo 1º deste Regulamento.

Art. 29º - O presente Regulamento entrará em vigor a partir da data da sua publicação.

27 de novembro de 2018.

Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar

Bruno Pereira Figueiredo

Presidente



Pessoas Jurídicas Livro - A
Protocolizado em 17/12/2018 14:37:54, sob nº 1661280,
registrado e digitalizado em 17/12/2018 15:00:10.
Averbado à margem do registro nº 5842 Prot.: 1393187.
Emolumentos: R\$ 41,00 ISS: R\$ 2,05 Fundos: R\$ 15,99 Correios:
R\$ 0 Outras Desp: 0 Tx. Judic.: R\$ 13,54
Total: R\$ 72,58

Selo Eletrônico: 01951506021033134706726



Fone: (62) 3224-4209

✓ Lourdes Bernadeth S. de Souza Barreto
Escrevente



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

Ofício nº 351/2018 SEI - CGE

GOIÂNIA, 26 de fevereiro de 2018.

Ao Senhor

RUDSON TEODORO DA SILVA

Diretor Administrativo Financeiro do IBGH

Rua C -245, SN, Qd. 574, Lote 18, Nova Suíça

CEP 74.290-200 - Goiânia-Goiás

Assunto: Aprovação do Regulamento de Compras e Contratações de Serviços e do Regulamento para Contratação de Recursos Humanos do IBGH. (autos nº 201700010023089)

Senhor Diretor,

A Controladoria-Geral do Estado – CGE, em atenção ao estabelecido na Lei Estadual nº 18.843/2015, encaminha anexa cópia da aprovação do Regulamento de Compras e Contratações de Serviços e do Regulamento para Contratação de Recursos Humanos do IBGH.

Registre-se, entretanto, que a referida aprovação se deu de maneira condicional, tendo em vista que a Entidade não submeteu os seus regulamentos de Contratações de Obras, Serviços, Alienações e Recursos Humanos à aprovação do seu Conselho de Administração, conforme disposto no art. 4º, inc.VIII da Lei Estadual nº 15.503/2005.

Ante o exposto, a Organização Social deverá corrigir tal falha, promovendo a aprovação dos citados regulamentos pelo seu Conselho de Administração, ato contínuo, deverá ser providenciada sua publicação na imprensa oficial, nos termos do artigo 2º da Lei Estadual nº 18.843/2015, sendo necessário o encaminhamento de cópia da referida publicação a esta CGE, no prazo máximo de 05 dias úteis, para conhecimento.

Alerta-se que, caso a Entidade promova alterações nos regulamentos em questão, deverá encaminhar para nova aprovação desta CGE e posterior republicação na imprensa oficial.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE DA SILVA GOES, SubChefe da CGE**, em 26/02/2018, às 11:47, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **1560519** e o código CRC **5CB7CC2F**.

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

RUA 82 - Bairro SETOR SUL - CEP 74083-010 - GOIANIA - GO - Palácio Pedro Ludovico Teixeira

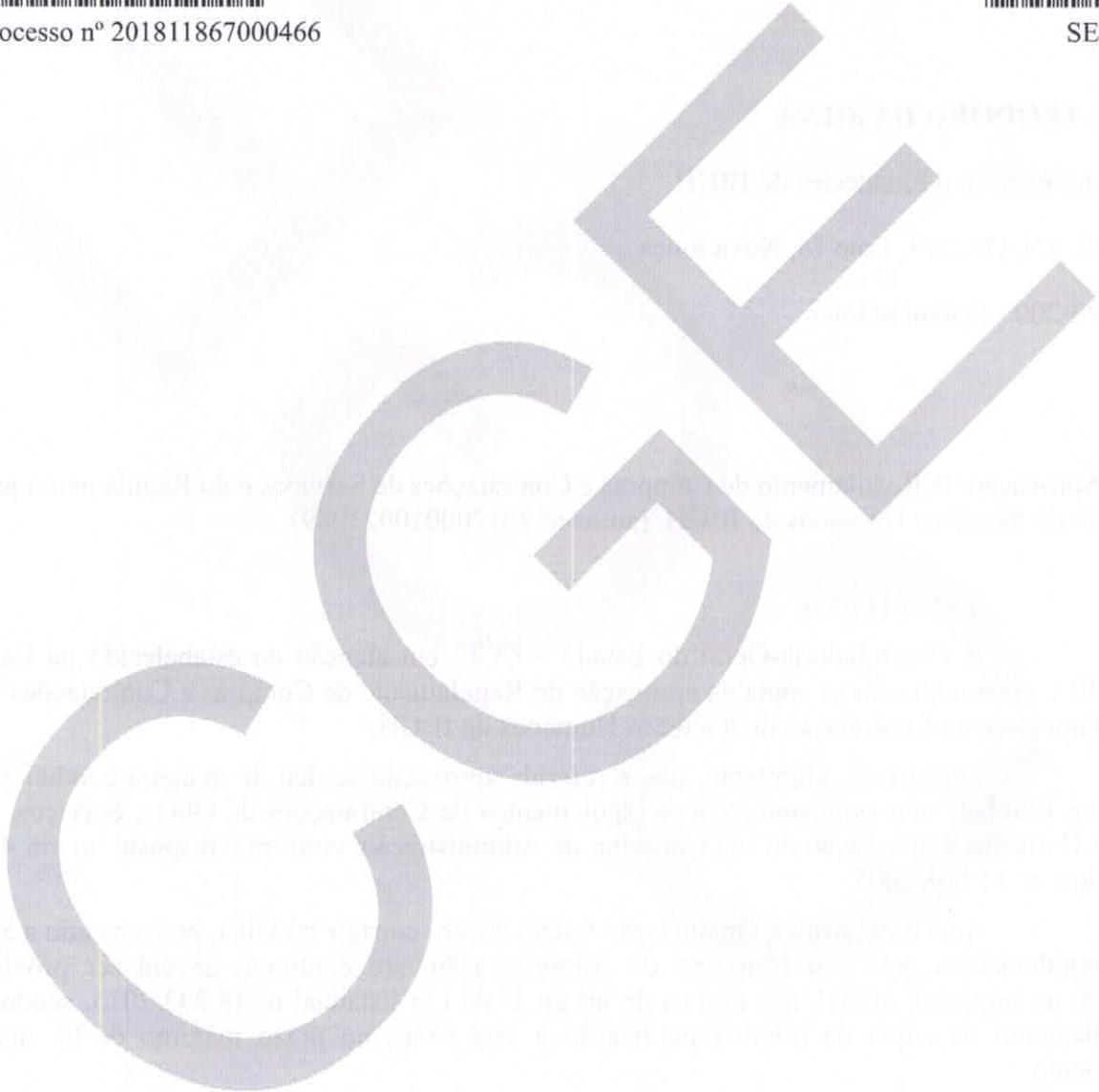
(PPLT), nº 400, 3º andar 6232015360



Referência: Processo nº 201811867000466



SEI 1560519





ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
GABINETE

PROCESSO: 201700010023089

INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - SES

ASSUNTO: Utilização dos Regulamentos para Contratações de Obras, Serviços, Alienações e Recursos Humanos para o Contrato de Gestão nº 116/2017 SES/GO, tendo como objeto o gerenciamento e operacionalização do Hospital Estadual Sandino de Amorim, no município de Jaraguá.

DESPACHO Nº 493/2018 SEI - GAB

Em vista do que consta nos presentes autos, em especial ao disposto no Despacho nº 17/2018 SEI - GEFP, e em atenção ao parágrafo único do artigo 2º da Lei Estadual nº 18.843/2015, esta Controladoria-Geral do Estado **APROVA as alterações promovidas nos Regulamentos para Contratações de Obras, Serviços, Alienações (artigos 1º, 3º, 4º e 5º) e de Recursos Humanos (art. 1º) do IBGH**, apresentados através do Ofício nº 014/2018-IBGH (SEI 1316112).

2. Entretanto, considerando que não restou comprovado que as retro mencionadas alterações tenham sido referendadas pelo Conselho de Administração da Entidade, a aprovação dos regulamentos fica condicionada ao atendimento do disposto no art. 4º, inc.VIII da Lei Estadual nº 15.503/2005, o que deverá ocorrer antes da publicação, na imprensa oficial, das alterações promovidas nos artigos 1º, 3º, 4º e 5º do Regulamento de Compras e Contratações de Serviços e no artigo 1º do Regulamento para Contratação de Recursos Humanos, nos termos do § Único do art. 2º da Lei Estadual nº 18.843/2015.

3. Oportunamente, ressalta-se que as contratações que forem realizadas em desconformidade aos citados regulamentos serão consideradas irregulares (vide artigo 209 do Regimento Interno do Tribunal de Contas de Estado) e, portanto, deverão ser registradas no julgamento das prestações de contas da referida Organização Social pela SES, sob pena de responsabilidade solidária.

4. Ademais, a aprovação desta CGE não tem a pretensão de exaurir o assunto, salientando que cabe à OS observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade e do julgamento objetivo, bem como a posteriores considerações que poderão ser elencadas em procedimentos de fiscalização, conforme competência deste Órgão.

5. Encaminhe ofício à SES para conhecimento e ao IBGH para que, observado o disposto no item 02 deste despacho, promova a publicação das alterações de seus regulamentos na imprensa oficial, nos termos do parágrafo único do artigo 2º da Lei Estadual nº 18.843/2015 e encaminhame cópia da referida publicação a esta CGE, no prazo máximo de 05 dias úteis após sua efetivação.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE DA SILVA GOES, SubChefe da CGE**, em 27/02/2018, às 08:59, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **1560187** e o código CRC **248F3BE2**.

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DE GOIAS

RUA 82 - Bairro SETOR SUL - CEP 74083-010 - GOIANIA - GO - Palácio Pedro Ludovico Teixeira
(PPLT), nº 400, 3º andar 6232015360



Referência: Processo nº 201700010023089



SEI 1560187

